



**EXMO SENHOR
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CAMINHA**

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome|_____|, contribuinte |_____|,
residente/sede em |_____|,
|_____| |_____|, freguesia de |_____|,
concelho de |_____|, contacto telefónico |_____|,
E-Mail |_____|, identificação civil
n.º |_____|, válido até |_____|, na qualidade de ⁽¹⁾ |_____|,
vem requerer a V. Exa. **aprovação do pedido de licenciamento**, em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do
artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação (RJUE).

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

Lugar/Rua |_____| com a área total de
|_____| m², descrito na conservatória do registo predial ⁽²⁾ |_____| sob o n.º |_____| inscrito na matriz
sob o(s) artigo(s) |_____| freguesia de |_____|, com as seguintes confrontações:
Norte:|_____| Sul:|_____|
Nascente:|_____| Poente:|_____|

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO (selecionar a operação à qual o seu pedido se encontra sujeito)

- ☐ **1** Pedido de licenciamento, nos termos do n.º 6 do artigo 4º do RJUE
- ☐ **2** Obras de urbanização (alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º)
- ☐ **3** Trabalhos de remodelação de terrenos (em área não abrangida por operação de loteamento - alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º)
- ☐ **4** Construção, Alteração, Ampliação (área não abrangida por operação de loteamento ou PP - alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º)
- ☐ **7** Conservação, Reconstrução, Ampliação, Alteração, Demolição (imóveis classificados ou em vias de classificação, imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação - alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º)
- ☐ **12** Construção, Reconstrução, Ampliação, Alteração Exterior, Demolição (de imóveis situados em zonas de protecção de imóveis classificados ou em vias de classificação - alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º)
- ☐ **17** Reconstrução das quais resulte aumento da altura da fachada ou do número de pisos (alínea e) do n.º 2 do artigo 4.º)
- ☐ **18** Demolição das edificações que não previstas em licença de obras de reconstrução (alínea f) do n.º 2 do artigo 4.º)
- ☐ **19** Construção, Reconstrução, Ampliação, Alteração, Demolição (de imóveis em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública - alínea h) do n.º 2 do artigo 4.º)
- ☐ **24** Operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio (alínea i) do n.º 2 do artigo 4.º)
- ☐ **25** Reparcimento da propriedade de que resultem parcelas não destinadas imediatamente a urbanização ou edificação (n.º 3 do artigo 4.º)
- ☐ **26** Loteamento (alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º) ☐ **Com** ☐ **Sem** obras de urbanização
- ☐ **108** Legalização de obras ao abrigo do artigo 102.º-A do RJUE e todas as operações urbanísticas com obras a legalizar
- ☐ **162** Aditamento ou alteração: |_____|

Descrição do pedido: |_____|
C.A.E. |_____| - |_____|

☐ Pretendo que me informem quais as entidades que, nos termos da lei, devam emitir parecer (nº 7 do artigo 9º).

ANTECEDENTES

Refira algum processo ou alvará que constitua antecedente do prédio objeto da pretensão:

☐ Construção anterior a 1951 ☐ Sem antecedentes

(1) Proprietário, usufrutuário, arrendatário, locatário ou outro (2) U – Urbana; R – Rústica

O subscritor, sob compromisso de honra e estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

Declara, ainda o seguinte:

|_____|

Pede deferimento,

|_____|

Assinatura(s) do(s) Requerente(s)

Normas relacionadas:

- ☐ Termo de responsabilidade do autor do projeto
- ☐ Termo de responsabilidade do coordenador de projetos
- ☐ Termo de responsabilidade do coordenador/autor de projetos
- ☐ Termo de responsabilidade do autor do plano de acessibilidades
- ☐ Quadro sinóptico
- ☐ Declaração do industrial de construção civil
- ☐ Declaração do técnico
- ☐ Ficha com os elementos estatísticos: Q1 - Loteamento, Q2 - Remodelação de Terrenos, Q3 - Edificação e Demolição

DOCUMENTOS A APRESENTAR COM O PEDIDO DE LICENCIAMENTO**Documentos genéricos**

- ☐ 0. CD
- ☐ 1. Cópia do Cartão de Identificação Civil
- ☐ 2. Cópia do Cartão de Contribuinte ou Pessoa Coletiva
- ☐ 3. Certidão do Registro Comercial ou código de certidão permanente, caso se trate de empresa a requerer
- ☐ 4. Procuração, no caso de o requerente ser representado por procurador
- ☐ 5. Documento comprovativo da inscrição dos técnicos em associação pública de natureza profissional e respetiva validade

Elementos comuns a todos os pedidos (Portaria nº 113/2015 de 22/4)

- ☐ 6. Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais.
- ☐ 7. Delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento em planta de localização fornecida pela câmara municipal ou planta de localização à escala 1:1.000, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas geográficas utilizado pelo município.
- ☐ 8. Levantamento topográfico, sempre que haja alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:200, ou de 1:500 no caso de loteamentos, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamento, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano).
- ☐ 9. Planta de implantação, desenhada sobre o levantamento topográfico, quando este for exigível, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações.
- ☐ 10. **Memória descritiva** contendo:
 - ☐ 10.1. Área objeto do pedido;
 - ☐ 10.2. Caracterização da operação urbanística;
 - ☐ 10.3. Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis;
 - ☐ 10.4. Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação;
 - ☐ 10.5. Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes;
 - ☐ 10.6. Programa de utilização das edificações, quando for o caso, incluindo a área a afetar aos diversos usos;
 - ☐ 10.7. Áreas destinadas a infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva e respetivos arranjos, quando estejam previstas;
 - ☐ 10.8. Quadro sinóptico identificando a superfície total do terreno objeto da operação e, em função da operação urbanística em causa, a área total de implantação, a área de implantação do edifício, a área total de construção, a área de construção do edifício, o número de pisos, a altura da fachada, as áreas a afetar aos usos pretendidos e as áreas de cedência, assim como a demonstração do cumprimento de outros parâmetros constantes de normas legais e regulamentares aplicáveis;
 - ☐ 10.9. Quando se trate de operações de loteamento:
 - ☐ 10.9.1. Número de lotes e respetivas áreas, bem como as áreas e os condicionamentos relativos à implantação dos edifícios e construções anexas;
 - ☐ 10.9.2. Área de construção e volumetria dos edifícios, número de pisos e de fogos de cada um dos lotes, com especificação dos fogos destinados a habitações a custos controlados, quando previstos, e com indicação dos índices urbanísticos adotados, nomeadamente a distribuição percentual das diferentes ocupações propostas para o solo, os índices de implantação e de construção e a densidade habitacional, quando for o caso;
 - ☐ 10.9.3. Redes de infraestruturas e sobrecarga que a pretensão pode implicar, no caso de operações de loteamento em área não abrangida por plano de pormenor;
 - ☐ 10.9.4. Solução adotada para o funcionamento das redes de abastecimento de água, de energia elétrica, de saneamento, de gás e de telecomunicações e suas ligações às redes gerais, quando for o caso;
 - ☐ 10.9.5. Estrutura viária adotada, especificando as áreas destinadas às vias, acessos e estacionamento de veículos, incluindo as previstas em cave, quando for o caso.
- ☐ 11. Extratos das cartas da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional com a delimitação da área objeto da pretensão, quando se trate de operações não abrangidas por plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território e as operações não tenham sido precedidas por operação de loteamento, nem exista pedido de informação prévia em vigor.
- ☐ 12. Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente da CRP;
- ☐ 13. Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, caso exista e esteja em vigor, ou indicação do respetivo procedimento administrativo, acompanhada de declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJUE, se o requerente estiver a exercer a faculdade prevista no n.º 6 do artigo 4.º do RJUE;
- ☐ 14. Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos, incluindo o de loteamento e os projetos de obras de urbanização (no caso de operação de loteamento) e pelo coordenador do projeto, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis (exceto obras de demolição);
- ☐ 15. Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos previstos na Lei 31/2009 de 3 de julho, alterada pela Lei nº 40/2015 de 1/6;
- ☐ 16. Ficha com os elementos estatísticos previstos na portaria nº 235/2013 de 24 de julho (exceto para obras de urbanização)

Elementos específicos do licenciamento, no caso de OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO (Portaria nº 113/2015 de 22/4)

- ☐ 17. Planta da situação existente, à escala de 1:1.000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública e infraestruturas existentes;
- ☐ 18. Planta de síntese do loteamento, à escala de 1:1.000 ou superior, indicando, nomeadamente, a modelação proposta para o terreno, a estrutura viária, as redes de abastecimento de água e de saneamento, de energia elétrica, de gás e de condutas destinadas à instalação de infraestruturas de telecomunicações, a divisão em lotes e sua numeração, finalidade, áreas de implantação e de construção, número de pisos acima e abaixo da cota de soleira e número de fogos, com especificação dos destinados a habitações a custos controlados, quando previstos, e a localização dos equipamentos e das áreas que lhes sejam destinadas, bem como das áreas para espaços verdes e de utilização coletiva;
- ☐ 19. Planta com identificação dos percursos acessíveis, detalhes métricos, técnicos e construtivos e uma peça escrita

| |
|--|
| <p>descrevendo e justificando as soluções adotadas;</p> <p><input type="checkbox"/> 20. Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação de loteamento e termo de responsabilidade do respetivo técnico;</p> <p><input type="checkbox"/> 21. Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto -Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º;</p> <p><input type="checkbox"/> 22. Planta com identificação das áreas de cedência para o domínio municipal, a qual será vertida para a planta do cadastro predial a apresentar após a conclusão da operação;</p> <p><input type="checkbox"/> 23. Simulação virtual tridimensional, nos casos em que seja exigida discussão pública.</p> |
| <p>Elementos específicos do licenciamento, no caso de OBRAS DE URBANIZAÇÃO (Portaria nº 113/2015 de 22/4)</p> |
| <p><input type="checkbox"/> 24. Termo de responsabilidade de técnico legalmente habilitado a subscrever projetos que ateste que a execução das obras de urbanização se conforma com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro;</p> <p><input type="checkbox"/> 25. Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto -Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º, quando se trate de obras em área não abrangida por operação de loteamento;</p> <p><input type="checkbox"/> 26. Planta da situação existente, à escala de 1:1.000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública e infraestruturas existentes;</p> <p><input type="checkbox"/> 27. Projetos de especialidades que integrem a obra, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> 27.1. Infraestruturas viárias <input type="checkbox"/> 27.2. Rede de abastecimento de água <input type="checkbox"/> 27.3. Rede de drenagem de águas residuais domésticas <input type="checkbox"/> 27.4. Rede de drenagem de águas residuais pluviais <input type="checkbox"/> 27.5. Rede de gás <input type="checkbox"/> 27.6. Rede de eletricidade <input type="checkbox"/> 27.7. Rede de telecomunicações <input type="checkbox"/> 27.8. Arranjos exteriores <input type="checkbox"/> 27.9. Cada projeto deve conter: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> 27.9.1. Memória descritiva e justificativa <input type="checkbox"/> 27.9.2. Cálculos, se for caso disso <input type="checkbox"/> 27.9.3. Peças desenhadas, em escala tecnicamente adequada <input type="checkbox"/> 27.9.4. Termos de responsabilidade dos técnicos autores dos projetos <p><input type="checkbox"/> 28. Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos;</p> <p><input type="checkbox"/> 29. Estimativa do custo total da obra e custo por especialidades, baseado em quantidades e qualidades dos trabalhos necessários à sua execução, devendo ser adotadas as normas europeias e portuguesas em vigor ou as especificações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.</p> |
| <p>Elementos específicos do licenciamento, no caso de OBRAS DE EDIFICAÇÃO, para efeitos de aprovação do projeto de arquitetura (Portaria nº 113/2015 de 22/4)</p> |
| <p><input type="checkbox"/> 30. Projeto de arquitetura, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> 30.1. Plantas à escala 1:50 ou 1:100 contendo dimensões e áreas e utilizações de todos os compartimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário; <input type="checkbox"/> 30.2. Alçados à escala 1:50 ou 1:100 com indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, quando existam; <input type="checkbox"/> 30.3. Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:50 ou de 1:100 abrangendo o terreno, com indicação do perfil existente e o proposto, bem como das cotas dos diversos pisos, da cota de soleira e dos acessos ao estacionamento; <input type="checkbox"/> 30.4. Pormenores de construção, à escala adequada, esclarecendo a solução construtiva adotada para as paredes exteriores do edifício e sua articulação com a cobertura, vãos de iluminação/ventilação e de acesso, bem como com o pavimento exterior envolvente; <input type="checkbox"/> 30.5. Discriminação das partes do edifício correspondentes às várias frações e partes comuns, valor relativo de cada fração, expressa em percentagem ou per milagem, do valor total do prédio, caso se pretenda que o edifício fique sujeito ao regime da propriedade horizontal. <p><input type="checkbox"/> 31. Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos;</p> <p><input type="checkbox"/> 32. Estimativa do custo total da obra;</p> <p><input type="checkbox"/> 33. Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto -Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º;</p> <p><input type="checkbox"/> 34. Termo de responsabilidade de técnico autor do projeto de condicionamento acústico que ateste da conformidade da operação com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro;</p> <p><input type="checkbox"/> 35. Fotografias do imóvel;</p> <p><input type="checkbox"/> 36. Facultativamente o requerente pode entregar, desde logo, os projetos de especialidades</p> <p><input type="checkbox"/> 37. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios/ficha de segurança</p> |
| <p>Elementos específicos do licenciamento, no caso de OBRAS DE DEMOLIÇÃO (Portaria nº 113/2015 de 22/4)</p> |
| <p><input type="checkbox"/> 38. Caso a operação seja abrangida por operação de loteamento, indicação do respetivo procedimento administrativo;</p> <p><input type="checkbox"/> 39. Descrição da utilização futura do terreno;</p> <p><input type="checkbox"/> 40. Indicação do local de depósito dos entulhos;</p> <p><input type="checkbox"/> 41. Projetos de especialidades necessários à execução dos trabalhos, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> 41.1. Projeto de estabilidade ou de contenção de construções adjacentes <input type="checkbox"/> 41.2. Termos de responsabilidade dos seus autores <p><input type="checkbox"/> 42. Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos;</p> <p><input type="checkbox"/> 43. Estimativa do custo total da obra;</p> <p><input type="checkbox"/> 44. Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra;</p> <p><input type="checkbox"/> 45. Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de obra;</p> <p><input type="checkbox"/> 46. Número do alvará, ou de registo, ou número de outro título habilitante emitido pelo InCI, I. P. que confira habilitações adequadas à natureza ou valor da obra</p> |
| <p>Elementos específicos do licenciamento, no caso de REMODELAÇÃO DE TERRENOS (Portaria nº 113/2015 de 22/4)</p> |
| <p><input type="checkbox"/> 47. Projeto de especialidades necessários à execução dos trabalhos</p> <p><input type="checkbox"/> 48. Projeto de execução dos trabalhos</p> <p><input type="checkbox"/> 49. Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos</p> <p><input type="checkbox"/> 50. Estimativa do custo total da obra</p> |